

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício n. 163/PGJ/APGJ

Palmas, 13 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

AMÉLIO CAYRES

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

Palmas – TO

Assunto: Justificativa e Projeto de Lei n.005/2023/MPTO

A Publicação e posteriormente à
Comissão de Constituição, Justiça
e Redação.

Em 14/06/2023

Secretário

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, venho à presença de Vossa Excelência encaminhar a **Justificativa e Projeto de Lei n. 005/2023** que “Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”, aprovado na 176ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pelos membros Colégio de Procuradores de Justiça.

Seguem anexos a este expediente a Justificativa para a alteração legislativa e o Projeto de Lei n. 005/2023/MPTO, para os quais solicito o regime de prioridade, nos termos do art. 132, §2º, inc. I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Tocantins.

Atenciosamente,

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

Yasmin Andrade Bory
Assessora Membro da Presidência
Matrícula 14503/1

13/06/23



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE E EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

1. A par de cumprimentá-los, venho à presença de Vossas Excelências, com fulcro no art. 17, inc. IV, alínea “c”, da LC n. 51/2008, e após respectiva aprovação junto ao Colégio de Procuradores de Justiça¹, submeter a presente **Justificativa e Projeto de Lei n. 005/2023**, o fazendo nos termos a seguir:
2. Esta proposta legislativa visa recompor o subsídio dos membros do MPTO, a fim de ajustá-lo aos comandos legais vigentes, mormente a partir das Leis Federais n. 14.520 e Lei n. 14.521, ambas de 9 de janeiro de 2023.
3. O Projeto de Lei n. 005 visa adequar o subsídio dos membros deste *Parquet* estadual aos novos parâmetros legais, obedecendo ao art. 37, inc. XI, da CF e art. 125 e seguintes, da LC n. 51/2008.
4. Registre-se que a Constituição Federal outorgou ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, assegurando a administração quanto a própria dotação orçamentária. Além disso, o art. 129, §4º, da CF prevê que aplica ao Órgão ministerial os princípios afetos à carreira da Magistratura, quando cabíveis, sem olvidar o art. 37, inc. XI, também da CF, acima destacado.
5. Por fim, cumpre informar que o impacto orçamentário-financeiro (anexo) demonstra adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o Plano Plurianual e a LDO. Igualmente, enquadra-se ao art. 20 da LC nº 101/2000, conformando-se a alteração legislativa dentro da margem de crescimento permitida

¹ Ocorrida na 176ª Sessão Ordinária, realizada em 12/06/2023



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

para os gastos com pessoal e encargos sociais do MPTO.

6. Pelo exposto, submeto à apreciação dessa Corte Legislativa a presente **Justificativa** e o **Projeto de Lei n. 005/2023/MPTO (doc. anexo)**.

Palmas/TO, data certificada pelo sistema.

LUCIANO CÉSAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente Colégio de Procuradores de Justiça

Documentos anexos:

1. Projeto de Lei n. 005/2023
2. Impacto Orçamentário.

PROJETO DE LEI N. ~~005/2023~~ 06/2023

*Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério
Público do Estado do Tocantins*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, referido nos arts. 37, inciso XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal, combinados com o art. 125 da Lei Complementar n. 51, de 02 de janeiro de 2008, observado o art. 3º desta Lei, correspondente a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, será de:

I - R\$ 37.589,95 (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

II - R\$ 39.717,68 (trinta e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - R\$ 41.845,48 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2023.

Palmas, aos ____ dias do mês de ____ de 2023, 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

PARECER DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO Nº 4/2023

1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento a requerimento do Procurador-Geral de Justiça, apresentamos o impacto orçamentário-financeiro, nos termos das exigências da Lei n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente à concessão de Revisão Geral Anual do subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

2. METODOLOGIA

Será empregado o cálculo aritmético a seguir:

$$IMP. ORC_{Mês} = Inc.Proc. + Inc.3^a + Inc.2^a + Inc.1^a + Inc.PJS. + Inc.Grat. + Inc.Ige. + Inc.Fer. + Inc.13^o.$$

Onde,

IMP. ORC_{Mês} é o Impacto Orçamentário-Financeiro, por mês, decorrente da posse;

Inc.Proc. é o impacto sobre a despesa de pessoal com os Procuradores;

Inc.3^a é o impacto sobre a despesa de pessoal com os Promotores de Justiça de 3^a entrância;

Inc.2^a é o impacto sobre a despesa de pessoal com os Promotores de Justiça de 2^a entrância;

Inc.1^a é o impacto sobre a despesa de pessoal com os Promotores de Justiça de 1^a entrância;

Inc.PJS. é o impacto sobre a despesa de pessoal com os Promotores de Justiça Substitutos;

Inc.Grat. é o impacto sobre a despesa de pessoal das Gratificações dos Membros;

Inc.Ige. é o impacto sobre a despesa com contribuição patronal;

Inc.Fer. é o impacto sobre a despesa com férias mensalizado;

Inc.13^o é o impacto sobre a despesa com 13^o mensalizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Apuração do Valor do Impacto Orçamentário-Financeiro do impacto da concessão de 6% em 1º de abril de 2023 com valor máximo estabelecido em R\$ 37.589,95

Assumindo os números a seguir como parâmetros para as variáveis do cálculo:



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

Inc.Proc. = 451.079,46

Inc.3ª. = 3.071.099,35

Inc.2ª. = 169.624,67

Inc.1ª. = 64.457,38

Inc.PJS. = 153.086,27

Inc.Grat. = 65.647,05

Inc.lge. = 789.688,12

Inc.Fer. = 220.810,93

Inc.13º. = 331.249,52

Calculando,

IMP.ORD_{Mês.} = 451.079,46 + 3.071.099,35 + 169.624,67 + 64.457,38 + 153.086,27 + 65.647,05 + 789.688,12 + 220.810,93 + 331.249,52

IMP.ORD_{Mês.} = R\$ 5.316.742,75

O cálculo demonstra que o valor total da despesa com pessoal e encargos alcançará R\$ 5.316.742,75 para a concessão de Revisão Geral Anual no percentual de 6% em 1º de abril de 2023, com um impacto anual de R\$ 3.611.373,60 sobre a folha anterior.

3.2. Apuração do Valor do Impacto Orçamentário-Financeiro do impacto da concessão de 6% em 1º de fevereiro de 2024 com valor máximo estabelecido em R\$ 39.717,68

Assumindo os números a seguir como parâmetros para as variáveis do cálculo:

Inc.Proc. = 476.612,27

Inc.3ª. = 3.224.935,22

Inc.2ª. = 179.226,07

Inc.1ª. = 68.105,91

Inc.PJS. = 161.751,53

Inc.Grat. = 69.362,93

Inc.lge. = 834.387,46



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

Inc.Fer. = 233.309,66

Inc.13º. = 349.999,49

Calculando,

IMP.ORD_{Mês.} = 476.612,27 + 3.244.935,22 + 179.226,07 + 68.105,91 + 161.751,53 + 69.362,93 + 834.387,46 + 233.309,66 + 349.999,49

IMP.ORD_{Mês.} = R\$ 5.617.690,55

O cálculo demonstra que o valor total da despesa com pessoal e encargos alcançará R\$ 5.617.690,55 para a concessão de Revisão Geral Anual no percentual de 6% em 1º de fevereiro de 2024, com um impacto anual de R\$ 3.611.373,59 sobre a folha anterior.

3.3. Apuração do Valor do Impacto Orçamentário-Financeiro do impacto da concessão de 6% em 1º de fevereiro de 2025 com valor máximo estabelecido em R\$ 41.845,48

Assumindo os números a seguir como parâmetros para as variáveis do cálculo:

Inc.Proc. = 502.145,84

Inc.3º. = 3.418.776,25

Inc.2º. = 188.827,76

Inc.1º. = 71.754,55

Inc.PJS. = 170.417,05

Inc.Grat. = 73.078,91

Inc.lge. = 879.088,13

Inc.Fer. = 245.808,77

Inc.13º. = 368.750,03

Calculando,

IMP.ORD_{Mês.} = 502.145,84 + 3.418.776,25 + 188.827,76 + 71.754,55 + 170.417,05 + 73.078,91 + 879.088,13 + 245.808,77 + 368.750,03

IMP.ORD_{Mês.} = R\$ 5.918.647,28



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

O cálculo demonstra que o valor total da despesa com pessoal e encargos alcançará R\$ 5.918.647,28 para a concessão de Revisão Geral Anual no percentual de 6% em 1º de fevereiro de 2025, com um impacto anual de R\$ 3.611.480,81 sobre a folha anterior.

3.2. Disponibilidade Orçamentária do exercício de 2023 em diante para a concessão da Revisão Geral Anual dos Membros.

A proposta aprovada na 170ª Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, em 7 de novembro de 2022, contemplou a ampliação do quadro de pessoal, da seguinte forma:

- Unidade Gestora n.: 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça.
- Ação n.: 03.122.1144.2289 – Manutenção de Recursos Humanos.
- Fonte n.: 0100 – Recursos Ordinários.
- Valor Total Autorizado no Orçamento 2022: R\$ 257.359.153,00.

O orçamento 2023 já contemplou o impacto previsto para o ano.

Os impactos dos anos subsequentes deverão ser incorporados da seguinte forma:

1. Acréscimo de R\$ 3.611.373,59 ao Orçamento de 2024;
2. Acréscimo de R\$ 3.611.480,76 ao Orçamento de 2025;

4. CONCLUSÃO

Em suma, o impacto anual para a concessão da revisão geral anual de 2023 dos membros do Ministério Público alcança a cifra de R\$ 3.611.373,60, o que representa um impacto no índice da LRF do MPTO de 0,02% de acréscimo, considerando a RCL estimada de 2022, cujo índice foi de 1,25%. O impacto será semelhante nos anos de 2024 e 2025.

Palmas-TO, 7 de junho de 2023.

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão
Matrícula nº: 94.509

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício n. 176/PGJ/APGJ

Palmas, 16 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
AMÉLIO CAYRES
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Palmas – TO

Assunto: Projeto de Lei n. 006/2023¹ - **Regime de Urgência – Protocolo 1393,**
apresentado em 14 de junho de 2023.

Aprovado.

A Secretaria para as devidas
providências.

Palmas

1º Secretário

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, venho à presença de Vossa Excelência solicitar
que seja concedido o **regime de urgência** ao Projeto de Lei n. 006/2023, que visa
dispor sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Atenciosamente,

LUCIANO CESAR
CASAROTI:2145
2838895

Assinado de forma digital
por LUCIANO CESAR
CASAROTI:21452838895
Dados: 2023.06.16
17:37:24 -03'00'

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

1 PL n. 005/2023/MPTO – numeração de controle no Ministério Público do Estado do Tocantins



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Nomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a)
NILTON FRANCO....., referente
ao(a) PL. PCT. n° 06 / 2023 na Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.


Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 06/2023

AUTOR: Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado NILTON FRANCO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO


O Procurador Geral de Justiça encaminhou a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 06/2023, que “Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”.

Afirma que esta proposta legislativa visa recompor o subsídio dos membros do MPTO, a fim de ajustá-lo aos comandos legais vigentes, mormente a partir das Leis Federais n. 14.520 e Lei n. 14.521, ambas de 9 de janeiro de 2023.

Aduz ainda que o projeto visa adequar o subsídio dos membros deste Parquet estadual aos novos parâmetros legais, obedecendo ao art. 37, inc. XI, da CF e art.125 e seguintes, da LC n. 51/2008.

Registre-se que a Constituição Federal outorgou ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, assegurando a administração quanto a própria dotação orçamentaria. Além disso, o art. 129, §4º, da CF prevê que aplica ao órgão ministerial os princípios afetos à carreira da Magistratura, quando cabíveis, sem olvidar o art. 37, inc. XI, também da CF, acima destacado.

Vem a esta Comissão, a qual compete se pronunciar sobre a admissibilidade da proposição, considerando seus aspectos constitucional,



legal, regimental, redacional e de técnica legislativa, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I c/c art. 73, inciso I, do Regimento Interno.

É o relato essencial.

II – DO VOTO

Analisando detidamente a propositura em comento verifica-se que não se vislumbra, em tese, qualquer impedimento de ordem constitucional que impeça sua aprovação nesta Comissão, dada a sua autonomia funcional e administrativa conferida pela Constituição Federal, em seu art. 127, §2º, admitindo que o Ministério Público proponha ao Poder Legislativo projeto de lei que trata da sua organização e funcionamento.

Portanto, detém o Ministério Público, poder de propor, diretamente, ao Poder Legislativo, a sua organização e funcionamento, observados, obviamente, os limites constitucionais, não encontrando óbice em sua tramitação.

Assim, quanto ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há óbice à livre tramitação da propositura, no entanto, com o objetivo de adequação do texto, proponho substitutivo.

Ante o exposto, diante da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **06/2023**, em conformidade com Substitutivo, anexo ao presente Parecer.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2023.



Deputado **NILTON FRANCO**

Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 06/2023.

Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º O subsídio percebido pelos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins corresponde a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a ser implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da seguinte forma:

I - R\$ 37.589,96 (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

II - R\$ 39.717,69 (trinta e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - R\$ 41.845,49 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Parágrafo único. O valor do subsídio dos membros que compõem as demais categorias do Ministério Público do Estado do Tocantins será escalonado com diferença de 5% (cinco por cento) entre uma e outra.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2023.

Deputado **NILTON FRANCO**
Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**



DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) NILTON FRANCO, referente
ao(a) PL. PBT nº 06/2022, na Reunião da **Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.**

Encaminhe-se(a)(ao)

Sala das Comissões, 20 de Junho de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**

Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTE

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Nomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a)
OLYNTHO NETO....., referente
ao(a) Ph. PG. J. nº 06 / 2023 na **Comissão de Finanças,
Tributação, Fiscalização e Controle.**

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

Deputado **OLYNTHO NETO**
Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e
Controle.

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 06/2023
AUTOR: Procurador-Geral de Justiça
ASSUNTO: Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.
RELATOR: Deputado OLYNTHO NETO

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARECER

O Procurador Geral de Justiça encaminhou a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 06/2023, que Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Afirma que esta proposta legislativa visa recompor o subsídio dos membros do MPTO, a fim de ajustá-lo aos comandos legais vigentes, mormente a partir das Leis Federais n. 14.520 e Lei n. 14.521, ambas de 9 de janeiro de 2023.

Aduz ainda que o projeto visa adequar o subsídio dos membros deste Parquet estadual aos novos parâmetros legais, obedecendo ao art. 37, inc. XI, da CF e art. 125 e seguintes, da LC n. 51/2008.

Registre-se que a Constituição Federal outorgou ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, assegurando a administração quanto a própria dotação orçamentaria. Além disso, o art. 129, §4º, da CF prevê que aplica ao órgão ministerial os princípios afetos à carreira da Magistratura, quando cabíveis, sem olvidar o art. 37, inc. XI, também da CF, acima destacado.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu pela aprovação com Substitutivo.

Assim, vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe fazer análise quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, a qual não vislumbro nenhum óbice.



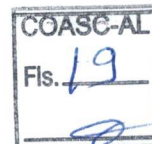
Diante do exposto, e estando de acordo com normas orçamentárias e financeiras, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **06/2023**, na forma aprovada pela Comissão anterior.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2023.

Deputado OLYNTHO NETO
Relator





ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Aprovado o Parecer do Relator
Deputado OLYNTHO NETO, referente ao (a),

Px: PSC nº 06 / 2023 na Comissão de Finanças, Tributação,
Fiscalização e Controle.

Encaminhe-se ao

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFEITIVOS

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **LEO BARBOSA**

Dep. **LUCIANO OLIVEIRA**

Dep. **EDUARDO MANTOAN**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. **MARCO MARCELO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **EDUARDO DO DERTINS**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Nomeio Relator o Senhor
Deputado MOISEMAR MARINHO, referente
ao(a) PA: PGT / 06 / 2023, na Comissão de Administração,
Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento
Urbano e Serviço Público.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

Deputado MOISEMAR MARINHO
Presidente da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes,
Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 06/2023

AUTOR: Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado MOISEMAR MARINHO

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E
SERVIÇO PÚBLICO**

PARECER

O Procurador Geral de Justiça encaminhou a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 06/2023, que “Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”.

Afirma que esta proposta legislativa visa recompor o subsídio dos membros do MPTO, a fim de ajustá-lo aos comandos legais vigentes, mormente a partir das Leis Federais n. 14.520 e Lei n. 14.521, ambas de 9 de janeiro de 2023.

Aduz ainda que o projeto visa adequar o subsídio dos membros deste Parquet estadual aos novos parâmetros legais, obedecendo ao art. 37, inc. XI, da CF e art.125 e seguintes, da LC n. 51/2008.

Registre-se que a Constituição Federal outorgou ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, assegurando a administração quanto a própria dotação orçamentaria. Além disso, o art. 129, §4º, da CF prevê que aplica ao órgão ministerial os princípios afetos à carreira da Magistratura, quando cabíveis, sem olvidar o art. 37, inc. XI, também da CF, acima destacado.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu pela aprovação com Substitutivo.

Na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, o relator concluiu pela aprovação da proposição na forma da comissão anterior, por estar de acordo com a ordem as normas tributárias vigentes.

Veio a esta Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, à qual cabe analisar e apreciar a matéria quanto ao mérito, sendo que não vislumbro impedimento para o regular trâmite da propositura.

Ante o exposto, e não havendo óbice quanto ao mérito, **VOTO pela APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 06/2023**, na forma do Substitutivo aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2023.



Deputado **MOISEMAR MARINHO**
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Aprovado o Parecer do Relator
Deputado MOISEMAR MARINHO, referente ao
(a) RFB nº 06/2023, na Comissão de Administração, Trabalho,
Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e
Serviço Público.

Encaminhe-se (ao) Plenário

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

1272
Deputado **MOISEMAR MARINHO**
Presidente da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor,
Transportes Desenvolvimento Urbano e Serviço Público

MEMBROS EFEITIVOS

Dep. GUTIERRES TORQUATO

Dep. VALDEMAR JÚNIOR

Dep. CLEITON CARDOSO

Dep. JAIR FARIAS

MEMBROS SUPLENTES

Dep. EDUARDO FORTES

Dep. NILTON FRANCO

Dep. MARCUS MARCELO

Dep. OLYNTHO NETO

Eduardo do Dertins
Dep. EDUARDO DO DERTINS



**ESTADO DO TOCANTIMNS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Encaminhe-se à **COASP** o Projeto de Lei nº **06/2023** de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, para deliberação em **Plenário**.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2023.

Assinatura manuscrita em azul, realizada por Raimundo Alves Guimarães, sobre uma linha decorativa ondulada.

RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES
Coordenador de Apoio às Comissões